



JULGAMENTO DE RECURSO SEI N° 1610712/2018 - SAP.UPR

Joinville, 14 de março de 2018.

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA AS UNIDADES ESCOLARES, CEI'S, DEPÓSITO, BIBLIOTECAS E SEDE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE/SC

RECORRENTE: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - EPP.

I – DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa PKB Produtos Químicos Ltda - EPP, aos 13 dias de março de 2018, em face da decisão da Pregoeira que declarou vencedora a empresa Zeli Odete da Silva ME para os itens 14 e 26 do Pregão Eletrônico n° 012/2018, conforme ata de julgamento realizada em 08 de março de 2018 (Documento SEI n° 1580597).

Inicialmente, cumpre informar que existem pressupostos para que se proceda à análise dos recursos apresentados na esfera Administrativa. Todavia, o não preenchimento desses pressupostos enseja a sua rejeição de imediato.

Um dos pressupostos relacionados diz respeito a apresentação do recurso a tempo e modo perante a Administração Pública.

Nesses termos, a interposição do recurso administrativo pela ora recorrente em 13 de março do corrente ano, fora do prazo recursal, é intempestivo. A esse respeito, dispõe a legislação específica:

"Lei Federal n.º 10.520/2002, art. 4º, inciso XVIII:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a

correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Dispõe o artigo 26 do Decreto n.º 5.450/2005:

*Art. 26. **Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer**, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses." (grifo nosso).*

Nesse passo, pode-se afirmar que o recurso ora apresentado, não merece ser conhecido, uma vez que o mesmo não cumpre as exigências específicas para a sua eficácia.

Na hipótese do Pregão Eletrônico, este poderá ser interposto após a fase em que for declarado o vencedor do certame, conforme cláusula 11.7 do Edital. Segue o texto para compreensão:

"11 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

(...)

11.7 – Do Recurso

*11.7.1 – Após o encerramento da disputa de preços, será estabelecido pelo pregoeiro a data e hora em que será declarado o vencedor; sendo que nesta oportunidade **a intenção de recorrer deverá ser manifestada pelo proponente interessado em campo específico, por intermédio do sistema eletrônico, na própria sessão, onde deverão ser expostos os motivos do inconformismo, no prazo de até 30 (trinta) minutos imediatamente posteriores ao ato da Declaração do Vencedor**, que será realizado em sessão pública, quando será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos." (grifo nosso).*

Como visto, a recorrente deveria em momento oportuno manifestar sua intenção de recorrer, apresentando suas razões recursais e atender as condições de admissibilidade, o que não ocorreu.

No caso do Pregão Eletrônico nº 012/2018, o item 14 foi declarado vencedor em 08 de março de 2018, às 08 horas e 47 minutos (Documento SEI nº 1595385) e o item 26 foi declarado vencedor na mesma data, às 08 horas e 52 minutos (Documento SEI nº 1595523). Contudo, dentro do prazo estabelecido no edital de 30 (trinta) minutos após a declaração de vencedor, não houve qualquer manifestação por parte da recorrente da eventual intenção de recorrer (Documentos SEI nº 1594873 e 1594919).

II – DA DECISÃO

Por todo o exposto, considerando a fundamentação demonstrada, principalmente em homenagem aos princípios da celeridade, legalidade, da razoabilidade e da moralidade, decide-se por **NÃO CONHECER** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - EPP**.



Documento assinado eletronicamente por **Percia Blasius Borges, Servidor (a) Público (a)**, em 16/03/2018, às 09:36, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Rubia Mara Beilfuss, Diretor (a) Executivo (a)**, em 16/03/2018, às 09:52, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Miguel Angelo Bertolini, Secretário (a)**, em 16/03/2018, às 10:18, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **1610712** e o código CRC **102F686D**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguauçu - CEP 89221-005 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

17.0.076412-5

1610712v14